

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 1º SEMESTRE 2014

Sumário

1 - Relatório dos Auditores Independentes.....	3 - 5
2 - Relatório da Administração.....	6
3 - Balanço Patrimonial	
2.1 - Ativo.....	7
2.2 - Passivo.....	8
4 - Demonstração do Resultado.....	9
5 - Demonstração do Resultado Abrangente	10
6 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
8 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 - 46
9 - Subscritores das Demonstrações Financeiras.....	47
10 - Parecer do Conselho Fiscal.....	48

AOS
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, do relatório do atuário responsável pelos cálculos das provisões técnicas e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COESP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfases**Continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde o exercício de 2007 a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a ser proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento de pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. Em 22 de dezembro de 2009, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras acima referidas não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado, caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Contratos de seguros em discussão judicial

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 ii, por determinação judicial, determinadas apólices dos ramos vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais, sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma provisão complementar de cobertura que em 30 de junho de 2014 corresponde a R\$ 4.698 mil (nota explicativa nº 14, letra "a"). Esta provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações são julgadas nas diversas instâncias. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados

Conforme evidenciado na nota explicativa, nº 14, letra "a", em atendimento à Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2013, a Companhia, em 30 de junho de 2014 possui provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 7.939 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia técnica atuarial que não considerou os sinistros conhecidos anteriores a 2008. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Lei nº 12.973/2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, a administração efetuou a avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Embora a referida Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação, ou seja, pela desistência do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada, em conformidade com a regulamentação exigida pela Instrução Normativa RFB nº 1.478 de 07 de julho de 2014. A Administração entende que não há efeitos passado e futuro oriundos dessa Lei, portanto não há ajustes na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social oriundos do Regime Tributário de Transição (RTT) desde 2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de janeiro de 2014, com ressalva quanto a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, e ênfases quanto a continuidade operacional e contratos de seguros em discussão judicial.

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, também foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de julho de 2013, sem ressalva e ênfases quanto a continuidade operacional, contratos de seguros em discussão judicial, e adesão ao plano de parcelamento de débitos federais.

São Paulo, 18 de julho de 2014.



UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC 1 RS 11609 S SP
CNAI N° 43
Responsável Técnico

Relatório da Administração

No primeiro semestre de 2014, a Administração visando às obrigações futuras, deu sequência aos procedimentos para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, concentrando esforços para preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

À vista desse cenário, foram adotadas todas as medidas necessárias para a adequação do nível das provisões técnicas, através do acréscimo de reservas, principal responsável pelo prejuízo líquido registrado no semestre findo.

Em termos patrimoniais, a Cosp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o semestre com Patrimônio Líquido de R\$ 160,3 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 296,1 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), julho de 2014.

A Administração

Balço Patrimonial (em R\$ mil)

ATIVO	Nota Expli- cativa	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		309.742	315.279
Disponível		11.493	12.885
Caixa e Bancos		186	147
Equivalente de Caixa	5	11.307	12.738
Aplicações	5	296.371	300.761
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		1.095	1.005
Prêmios a Receber	6.1	159	149
Operações com Seguradoras	6.4	780	784
Operações com Resseguradoras	6.6	156	72
Outros Créditos Operacionais		10	12
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	7	113	116
Títulos e Créditos a Receber		519	342
Títulos e Créditos a Receber	8.3	275	302
Outros Créditos	8.3	244	40
Outros Valores e Bens		140	148
Bens a Venda.....		119	126
Outros Valores.....		21	22
Despesas Antecipadas		1	10
ATIVO NÃO CIRCULANTE		95.443	100.866
REALIZÁVEL A LOGO PRAZO		88.562	93.547
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	7	11.562	10.604
Títulos e Créditos a Receber		77.000	82.943
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8.1	325	320
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	76.515	82.441
Outros Créditos a Receber.....	8.3	160	182
INVESTIMENTOS	9	4.882	5.114
Imóveis Destinados à Renda.....		4.882	5.114
IMOBILIZADO	10	1.854	1.997
Imóveis de Uso Próprio		1.445	1.513
Bens Móveis		409	484
DIFERIDO	11	145	208
TOTAL DO ATIVO		405.185	416.145

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)

P A S S I V O	Nota Expli- cativa	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE.....		33.618	31.552
Contas a Pagar.....		1.098	1.082
Obrigações a Pagar.....	12.1	163	260
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	12.2	203	268
Encargos Trabalhistas	12.3	732	554
Impostos e Contribuições	12.4	0	0
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros...	13	367	446
Prêmios a Restituir		9	9
Operações com Resseguradoras		1	1
Corretores de Seguros e Resseguros.....		77	76
Outros Débitos Operacionais.....		280	360
Provisões Técnicas - Seguros	14	32.153	30.024
Danos.....		4.486	4.224
Pessoas		27.667	25.800
PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....		211.292	206.991
Contas a Pagar.....		667	768
Tributos Diferidos.....	15	667	768
Provisões Técnicas - Seguros	14.2	173.608	169.617
Danos.....		52.164	50.587
Pessoas		121.444	119.030
Outros Débitos.....	16	37.017	36.606
Provisões Judiciais		37.017	36.606
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18	160.275	177.602
Capital Social.....		120.000	120.000
Reservas de Lucros.....		57.723	57.723
(-) Ações em Tesouraria.....		(114)	(114)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....		(7)	(7)
Prejuízos acumulados.....		(17.327)	0
TOTAL DO PASSIVO		405.185	416.145

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)

	Nota Explica tiva	30/06/2014	30/06/2013
Prêmios Emitidos	19	907	674
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios.....	20	(383)	761
Prêmios Ganhos.....		524	1.435
Sinistros Ocorridos.....	21	(13.659)	(12.962)
Custos de Aquisição.....		(14)	2
Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	22	(3.566)	(2.373)
Resultado com Resseguro.....		204	(285)
Despesas Administrativas.....	23	(4.464)	(4.580)
Despesas com Tributos.....	24	(648)	(505)
Resultado Financeiro.....	25	3.305	2.526
Resultado Patrimonial.....	26	731	696
Resultado Operacional.....		(17.587)	(16.046)
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes.....		159	425
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		(17.428)	(15.621)
Imposto de Renda.....	28	63	63
Contribuição Social.....	28	38	38
Prejuízo Líquido do Semestre.....		(17.327)	(15.520)
Quantidade de Ações (lote de 1.000 ações)		120.000	120.000
Prejuízo Líquido do Semestre por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$		(144,39)	(129,33)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente (em R\$ mil)

	30/06/2014	30/06/2013
Prejuízo líquido do Semestre.....	(17.327)	(15.520)
Total do Prejuízo Abrangente do Semestre.....	(17.327)	(15.520)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em R\$ mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	(8.909)	197.262
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(15.520)	(15.520)
Saldos em 30 de junho de 2013	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	(24.429)	181.742
Saldos em 31 de dezembro de 2013	120.000	10.740	46.983	(114)	(7)	0	177.602
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(17.327)	(17.327)
Saldos em 30 de junho de 2014	120.000	10.740	46.983	(114)	(7)	(17.327)	160.274

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (em R\$ mil)

	30/06/2014	30/06/2013
Atividades Operacionais		
Prejuízo Líquido do Semestre	(17.327)	(15.520)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	440	463
Outros Ajustes	0	3
Variações nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	4.391	14.711
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	(88)	550
Ativos de Resseguros	(956)	881
Créditos Tributários e Previdenciários	(6)	(4)
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.927	2.261
Despesas Antecipadas	9	9
Outros Ativos	(145)	(68)
Contas a Pagar	(84)	(405)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(74)	(17)
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	6.114	(3.205)
Provisões Judiciais	411	1.160
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(1.391)	820
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(2)	(109)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(2)	(109)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.393)	711
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	12.885	4.333
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	11.493	5.044
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	(1.393)	711

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em R\$ mil)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (“Companhia” ou “COSESP”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.

Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2014.

2. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecida pelo pronunciamento CPC 21.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 483/2014.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, é o Real (R\$).

2.2 Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 – Contratos de seguros; 3.3 e 5 – Instrumentos financeiros; 8.1 – Créditos tributários e previdenciários, 14 – Provisões técnicas e 16 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão assim definidas:

3.1 Contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculados à cobertura de provisões técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante independentemente do vencimento dos títulos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao

valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis. O critério para constituição para perda ao valor recuperável dos prêmios de seguros é de 60 dias de atraso.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias anteriores.

O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria é ajustado ao valor justo, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não realizados registrados em conta do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda desses títulos.

iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo

de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os prêmios oriundos a contratos de seguros, uma provisão ao valor recuperável é constituída para os prêmios vencidos e não recebidos após 60 dias.

v) Valor justo dos ativos financeiros

As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do tesouro nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço que tem seu valor justo apurado a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

3.4 Créditos Tributários e previdenciários

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras intermediárias.

A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em atendimento a Circular SUSEP nº 483/2014.

3.5 Ativos de resseguros

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB-Brasil Re.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, para os créditos não recebidos após 180 dias. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.

3.6 Ativos não circulantes

i) Investimentos

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

ii) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As taxas utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 25 (vinte e cinco) anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos 10 (dez) anos; e Equipamentos de informática e Veículos 5 (cinco) anos.

iii) Ativo Diferido

O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.

3.7 Provisões técnicas

i) Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É calculada em base “*pró-rata*” dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

ii) Provisão Complementar de Cobertura – PCC

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:

- a) O primeiro está composto por apólices com ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
- b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia (Grupo B).

O cálculo para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 30 de junho de 2014 em R\$ 1.818 (R\$ 1.501 em 31/12/2013).

A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase de discussão no judiciário, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia, representa a projeção dos prêmios à receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 30 de junho de 2014 R\$ 2.880 (R\$ 2.823 em 31/12/2013), reconhecida em razão de incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cônjuge;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente;
- ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistem premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção deste grupo de apólices até sua extinção.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGPM.

iii) Provisão de sinistros a liquidar – PSL

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente.

De forma a complementar a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013, a Companhia passou a mensurar os sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) que poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A metodologia considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 01/01/2008.

iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

v) Provisão de Despesas Relacionadas – PDR

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fazer frente à cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de sinistros. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013.

3.8 Teste de adequação de passivos – TAP

A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP nº 457/2012.

O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O cálculo realizado para a data-base de 30 de junho de 2014, apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

3.9 Passivos financeiros

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.11 Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gerenciamento de risco

4.1 Risco de subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos em função de decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

4.2 Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de

benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 30 de junho de 2014 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BBB-" pela Agência Fitch.

4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR* (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
30/06/2014	307.468	8	0,0027%

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2013	313.381	14	0,0043%

4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	30/06/2014			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	11.493	0	0	11.493
Aplicações	296.158	0	213	296.371
Total dos Ativos Financeiros (1)	307.651	0	213	307.864
Contas a Pagar	365	733	0	1.098
Débitos de Operações com Seguros	239	0	128	367
Provisões Técnicas de Seguros	32.153	0	173.608	205.761
Provisões Judiciais	0	0	37.017	37.017
Total dos Passivos (2)	32.757	733	210.753	244.243
Total (1 - 2)	274.894	(733)	(210.540)	63.621

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	31/12/2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	12.885	0	0	12.885
Aplicações	300.548	0	213	300.761
Total dos Ativos Financeiros (1)	313.433	0	213	313.646
Contas a Pagar	528	554	0	1.082
Débitos de Operações com Seguros	318	0	128	446
Provisões Técnicas de Seguros	30.024	0	169.617	199.641
Provisões Judiciais	0	0	36.606	36.606
Total dos Passivos (2)	30.870	554	206.351	237.775
Total (1 - 2)	282.563	(554)	(206.138)	75.871

4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Nos termos das Resoluções CNSP 280/2013, 283/2013, 302/2013, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente ao risco de mercado a

Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
(+) Patrimônio Líquido	160.275	177.602
(-) Despesas Antecipadas	1	10
(-) Ativo Diferido	145	208
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	160.129	177.384
Capital base (I)	15.000	15.000
(+) Capital adicional de risco de subscrição	5.139	4.575
(+) Capital adicional de risco de crédito	7.381	7.188
(+) Capital adicional de risco operacional	352	331
(-) Deflator em função da correlação entre os riscos	1.621	1.493
Capital risco (II)	11.251	10.601
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre I e II	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	145.129	162.384

4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

i) Adequação de Passivo

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2014	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	180	180
Taxa de juros	- 1,0%	(200)	(200)

ii) Investimentos

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2014	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	1.411	1.411
Taxa de juros	- 1,0%	(1.418)	(1.418)

iii) Sinistros

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 30/06/2014	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	+10,0%	(784)	(784)
Redução dos Sinistros Retidos	- 10,0%	814	814

5. Ativos Financeiros – aplicações financeiras e equivalente de caixa

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

i) Valor justo por meio do resultado:

Títulos	Vencimento		30/06/2014	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	257.981	49.483	307.464	307.978
LFT	2.631	36.724	39.355	39.390
LTN	14.211	12.758	26.969	27.431
NTN	2.494	0	2.494	2.511
Operações compromissadas (1)	238.681	0	238.681	238.681
Contratos de mercados futuros (2)	0	1	1	1
Tesouraria e contas a pagar	(36)	0	(36)	(36)
Outras Aplicações (3)	213	0	213	213
Total	258.194	49.483	307.677	308.191

Títulos	Vencimento		31/12/2013	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	250.402	62.884	313.286	314.023
LFT	1.014	37.349	38.363	38.380
LTN	15.994	25.554	41.548	42.266
NTN	2.436	0	2.436	2.457
Operações compromissadas (1)	230.998	0	230.998	230.998
Contratos de mercados futuros (2)	0	(19)	(19)	(19)
Tesouraria e contas a pagar	(40)	0	(40)	(59)
Outras Aplicações (3)	213	0	213	213
Total	250.615	62.884	313.499	314.236

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

(2) Associado as operações com os títulos públicos, especificamente a LTN – Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

(3) Fundos retidos do IRB.

5.1 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

- i) **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- ii) **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- iii) **Nível 3** – Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao valor justo por meio do resultado e equivalente de caixa	30/06/2014 Nível 2	31/12/2013 Nível 2
Fundos de Investimentos - Exclusivo	307.464	313.286
Outras Aplicações	213	213
Total	307.677	313.499

5.2 Aplicações financeiras e equivalente de caixa – movimentação

Título	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 30/06/2014
Quotas de Fundos de Investimentos	313.286	0	(20.705)	14.883	307.464
Outras Aplicações	213	0	0	0	213
Total	313.499	0	(20.705)	14.883	307.677

Título	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2013
Quotas de Fundos de Investimentos	320.340	20.000	(50.692)	23.638	313.286
Outras Aplicações	167	46	0	0	213
Total	320.507	20.046	(50.692)	23.638	313.499

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

6.1 Prêmios a Receber

Descrição	30/06/2014			31/12/2013		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Vida em Grupo	724	(570)	154	701	(557)	144
Outros	28	(23)	5	28	(23)	5
Total - Circulante	752	(593)	159	729	(580)	149

6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Vencidos	631	636
A vencer entre 1 e 30 dias	121	72
Total - Circulante	752	708

6.3 Movimentação dos prêmios a receber

Prêmios pendentes em 01.01.2013	708
Prêmios emitidos	1.859
Prêmios recebidos / baixados	(1.721)
Prêmios cancelados	(117)
Prêmios pendentes em 31.12.2013	729
Prêmios emitidos	949
Prêmios recebidos / baixados	(889)
Prêmios cancelados	(37)
Prêmios pendentes em 30.06.2014	752

6.4 Operações com seguradoras

Descrição	30/06/2014			31/12/2013		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros a recuperar	820	(40)	780	1.170	(386)	784
Total - Circulante	820	(40)	780	1.170	(386)	784

6.5 Movimentação das operações com seguradoras

Operações com seguradoras pendentes em 01.01.2013	827
Valores a recuperar	5.709
Valores recebidos / baixados	(5.366)
Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2013	1.170
Valores a recuperar	2.190
Valores recebidos / baixados	(2.540)
Operações com seguradoras pendentes em 30.06.2014	820

6.6 Operações com resseguradoras

Descrição	30/06/2014			31/12/2013		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros pagos	865	(709)	156	710	(638)	72
Total - Circulante	865	(709)	156	710	(638)	72

6.7 Movimentação das operações com resseguradoras

Operações com resseguradoras pendentes em 01.01.2013	1.242
Valores a recuperar	271
Valores recebidos / baixados	(803)
Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2013	710
Valores a recuperar	155
Valores recebidos / baixados	0
Operações com resseguradoras pendentes em 30.06.2014	865

6.8 Movimentação da provisão para riscos de crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para riscos de créditos			
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	572	-	905	1.477
Provisões constituídas	38	386	150	574
Reversão de perdas	(30)	-	(417)	(447)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	580	386	638	1.604
Provisões constituídas	18	39	71	128
Reversão de perdas	(5)	(385)	-	(390)
Saldo em 30 de junho de 2014	593	40	709	1.342

7. Ativos de resseguros – provisões técnicas

Descrição	Valores a Receber	
	30/06/2014	31/12/2013
Recuperação de sinistros - sinistros pendentes	11.573	10.615
Recuperação de sinistros - IBNR	102	105
Total	11.675	10.720
Circulante	113	116
Não Circulante	11.562	10.604

Os valores a receber registrados na rubrica “Ativos de resseguros – provisões técnicas” referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB – Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Assim como as obrigações registradas na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar no passivo não circulante, os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

8. Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	0	0
Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL	34.388	27.679
PIS a compensar	161	156
Créditos Previdenciários	164	164
(-) Redução ao Valor Recuperável	(34.388)	(27.679)
Total	325	320
Circulante	0	0
Não circulante	325	320

O saldo referente à PIS a compensar decorre de crédito habilitado pela RFB – Receita Federal do Brasil, oriundo de ação judicial, na qual a Companhia questiona a legalidade da majoração da base de cálculo, introduzida pela Lei nº 9.718/1998.

A Companhia mantém registro de crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) relativos aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 1º semestre de 2014, cujo total monta R\$ 34.388. Em atendimento à Circular SUSEP nº 483/2014, a provisão de mesmo valor é constituída.

8.2 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Sinistros	Cíveis e outros	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	55.456	16.444	15.066	4.164	91.130
Depósitos no período	20.359	5.851	-	862	27.072
Baixa / levantamentos no período	(33.745)	(4.139)	-	(3.053)	(40.937)
Atualização monetária	2.992	1.061	792	331	5.176
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45.062	19.217	15.858	2.304	82.441
Depósitos no período	7.598	1.851	-	-	9.449
Baixa / levantamentos no período	(13.212)	(4.211)	-	(569)	(17.992)
Atualização monetária	1.479	574	504	60	2.617
Saldo em 30 de junho de 2014	40.927	17.431	16.362	1.795	76.515

A baixa / levantamento dos depósitos judiciais decorre do trânsito em julgado dos processos judiciais convertidos em pagamentos ao autor ou levantamento desses recursos a favor da Companhia.

8.3 Títulos e créditos a receber e outros créditos a receber

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	107	40
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador	-	-
Créditos operacionais diversos em processos judiciais	18.247	17.871
Outros créditos a receber	953	770
Provisão para riscos de créditos	(18.628)	(18.157)
Total	679	524
Circulante	519	342
Não circulante	160	182

9. Investimentos

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2014	31/12/2013
Imóveis Destinados à Renda	4%	14.858	14.858
(-) Depreciação		(9.976)	(9.744)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
Total		4.882	5.114

9.1 Movimentação do ativo não circulante – Investimentos

Descrição	Saldo residual 31/12/2013	Baixas	Depreciação	Saldo residual 30/06/2014
Imóveis Destinados à Renda	5.114	-	(232)	4.882
Total	6.605	(1.491)	(232)	4.882

10. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2014	31/12/2013
Imóveis de uso próprio	4%	4.402	4.402
(-) Depreciação		(2.957)	(2.889)
Equipamentos de Informática	20%	2.043	2.043
(-) Depreciação		(1.773)	(1.732)
Sistemas Aplicativos	20%	2.506	2.506
(-) Depreciação		(2.428)	(2.417)
Equipamentos - Outros	10%	406	406
(-) Depreciação		(402)	(400)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	789	787
(-) Depreciação		(755)	(737)
Veículos	20%	123	123
(-) Depreciação		(100)	(95)
Total		1.854	1.997

10.1 Movimentação do ativo não circulante – Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31/12/2013	Aquisições	Depreciação	Saldo residual 30/06/2014
Imóveis de uso próprio	1.513	-	(68)	1.445
Equipamentos de Informática	310	-	(41)	269
Sistemas Aplicativos	88	-	(11)	77
Equipamentos - Outros	8	-	(2)	6
Móveis, Máquinas e Utensílios	50	2	(18)	34
Veículos	28	-	(5)	23
Total	1.997	2	(145)	1.854

11. Diferido

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	30/06/2014	31/12/2013
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.248	1.290
Amortização Acumulada		(1.103)	(1.082)
Total		145	208

12. Contas a pagar

12.1 Obrigações a pagar

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Pagamentos a efetuar diversos	163	260
Total	163	260

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto sobre Serviços – ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	203	268
Total	203	268

12.3 Encargos trabalhistas

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Férias a pagar	433	413
13º Salário	120	0
Encargos Sociais	179	141
Total	732	554

13. Débitos de operações com seguros e resseguros

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Comissões e pró-labore sobre prêmios a receber	128	128
Outros	239	318
Total	367	446

14. Provisões técnicas – seguros e resseguros

a) Movimentação das provisões técnicas

Descrição	30/06/2014					
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	176.277	1.507	6.150	(17.289)	11.766	178.411
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	10.035	2.604	(319)	0	0	12.320
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados – IBNER	6.639	1.300	0	0	0	7.939
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.324	554	(180)	0	0	4.698
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.310	63	(45)	0	0	2.328
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	56	383	(374)	0	0	65
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	0	0	0	0	0	0
Total	199.641	6.411	5.232	(17.289)	11.766	205.761

Descrição	31/12/2013					
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	181.233	6.331	18.463	(42.889)	13.139	176.277
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	8.909	1.126	0	0	0	10.035
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados – IBNER	0	6.639	0	0	0	6.639
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	7.619	188	(3.483)	0	0	4.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.406	279	(375)	0	0	2.310
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	55	686	(685)	0	0	56
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	0	(16)	0	0	0
Total	200.238	15.249	13.904	(42.889)	13.139	199.641

b) Composição das provisões técnicas líquida de resseguro

Descrição	30/06/2014		31/12/2013	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	65	65	56	56
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.698	4.698	4.324	4.324
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	178.411	166.837	176.277	165.662
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	12.320	12.320	10.035	10.035
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	7.939	7.939	6.639	6.639
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.328	2.227	2.310	2.205
Total	205.761	194.086	199.641	188.921
Circulante	32.153	32.040	30.024	29.908
Não circulante	173.608	162.046	169.617	159.013

14.1 Provisão de sinistros a liquidar – circulante

Descrição	30/06/2014		31/12/2013	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	16.650	16.639	13.412	13.406
Sinistros avisados	1.507	1.502	4.992	4.975
Ajustes de estimativas	(111)	(170)	(640)	(675)
Pagamentos	(967)	(904)	(1.148)	(1.101)
Atualização monetária e juros	-	-	34	34
Provisão de Sinistro a Liquidar	17.079	17.067	16.650	16.639

14.2 Provisão de sinistros a liquidar – não circulante

Descrição	30/06/2014		31/12/2013	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	159.627	149.022	167.821	156.839
Novas constituições no período	968	904	1.339	1.280
Baixa da provisão por êxito	(952)	(234)	(2.568)	(2.280)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	6.245	5.476	21.671	21.681
Total pago no período	(16.322)	(16.254)	(41.741)	(41.596)
Atualização monetária e juros	11.766	10.856	13.105	13.098
Provisão de Sinistro a Liquidar	161.332	149.770	159.627	149.022

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 161.332 (R\$ 159.627 em 31/12/2013), estão provisionados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – não circulante”, e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dez/2002 e 1% a.m. a partir de jan/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	30/06/2014			31/12/2013		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*
Provável	1.012	121.356	121.393	998	112.379	112.379
Possível	1.015	111.925	54.825	1.212	127.032	62.112
Remota	760	77.425	0	1.047	128.225	0
Total	2.787	310.706	176.218	3.257	367.636	174.491

* Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 14.886.

14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	1º Sem. 2014	Total
No final do ano da divulgação	252.035	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.393	1.571	300.435
1 ano depois	5.515	(1.903)	(1.182)	(208)	(514)	246	392		2.346
2 anos depois	38.014	703	375	85	362	124			39.663
3 anos depois	42.217	555	100	328	63				43.263
4 anos depois	27.685	1.311	276	160					29.432
5 anos depois	26.022	1.108	281						27.411
6 anos depois	30.745	1.185							31.930
7 anos depois	15.664								15.664
Sinistros acumulados	437.897	23.339	7.477	5.908	4.666	4.501	4.785	1.571	490.144
Pagamentos acumulados	(287.823)	(15.915)	(4.370)	(2.438)	(872)	(1.116)	(842)	(472)	(313.848)
Provisão de Sinistro a Liquidar	150.074	7.424	3.107	3.470	3.794	3.385	3.943	1.099	176.296
PSL Retrocessão - IRB									2.115
Total da Provisão de Sinistro a Liquidar	150.074	7.424	3.107	3.470	3.794	3.385	3.943	1.099	178.411

14.4 Garantia das provisões técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Provisão de Prêmios não Ganhos	65	56
Provisão Complementar de Cobertura	4.698	4.324
Provisão de Sinistros a Liquidar	178.411	176.277
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.328	2.310
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	7.939	6.639
Provisão de Despesas Relacionadas	12.320	10.035
Total de Provisões Técnicas	205.761	199.641
(-) Operações com Resseguradoras	(11.675)	(10.720)
Total a ser coberto	194.086	188.921
Quotas de Fundos de Investimentos	296.158	300.548
Garantias das Provisões Técnicas	296.158	300.548
Suficiência	102.072	111.627

15. Tributos diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 667 (R\$ 768 em 31/12/2013).

16. Provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

16.1 Provisões fiscais

INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 1.020 em 30 de junho de 2014. Para a demanda em questão a Companhia obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Provisões Fiscais	841	832
Total	841	832

16.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 5.552 (R\$ 8.291 em 31/12/2013).

Chances de Ocorrência	30/06/2014			31/12/2013		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	24	5.552	5.552	33	8.291	8.291
Total	24	5.552	5.552	33	8.291	8.291

16.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 30.624 (R\$ 27.483 em 31/12/2013).

Chances de Ocorrência	30/06/2014			31/12/2013		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	141	30.624	30.624	125	27.483	27.483
Total	141	30.624	30.624	125	27.483	27.483

16.4 Movimentação das provisões judiciais

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	832	8.291	27.483	36.606
Constituição	-	1.236	4.988	6.224
Reversão / Baixa	-	(3.415)	(3.213)	(6.628)
Pagamentos	-	(771)	(2.027)	(2.798)
Atualização monetária e juros	9	211	3.393	3.613
Total	841	5.552	30.624	37.017

17. Ativos e Passivos contingentes

Auto de infração

A Companhia foi autuada em imposto de renda no valor aproximado de R\$ 5.134, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado em monta R\$ 11.528. (R\$ 11.194 em 31/12/2013). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é de possível.

PIS e COFINS

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação

dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a jun/2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

(b) Reserva de lucro

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

(c) Ações em tesouraria

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº. 021/2003 e Processo S.F. nº. 002-262990/1999.

(d) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio.

19. Prêmios emitidos líquidos

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Prêmios Emitidos	945	884
Prêmios Cancelados	(37)	(63)
Prêmios Restituídos	(1)	(147)
Total	907	674

20. Variações das provisões técnicas de prêmios

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Variação da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(9)	(7)
Variação da Provisão Complementar de Cobertura - PCC	(374)	752
Variação da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	-	16
Total	(383)	761

21. Sinistros ocorridos

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Indenizações avisadas administrativas	(1.691)	(2.973)
Indenizações avisadas judiciais	(6.891)	(10.921)
Despesas com sinistros administrativos	(40)	(28)
Despesas com sinistros judiciais	(4.767)	(604)
Recuperação de sinistros	1.047	1.502
Salvados e Ressarcimentos	-	-
Variação da prov. sinistros ocorridos mas não avisados	(17)	62
Variação da prov. sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(1.300)	-
Total	(13.659)	(12.962)

22. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Provisões Judiciais	(3.456)	(1.853)
Provisão para Riscos de Créditos	(210)	(419)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	100	(101)
Total	(3.566)	(2.373)

23. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Despesas com Pessoal	(3.109)	(3.377)
Provisões Trabalhistas	17	82
Serviços de Terceiros	(533)	(521)
Localização e Funcionamento	(286)	(320)
Depreciação / Amortização	(208)	(231)
Publicações	(165)	(136)
Outras Despesas	(180)	(77)
Total	(4.464)	(4.580)

24. Despesas com tributos

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Despesas com PIS / COFINS	(133)	-
Despesas com Taxa de Fiscalização	(299)	(299)
Despesas com Impostos Municipais / Estaduais	(216)	(206)
Total	(648)	(505)

25. Resultado financeiro – O montante de R\$ 3.305 (R\$ 2.526 em 30/06/2013), tem a seguinte composição:

(a) Receitas financeiras

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Receitas com ações	0	10
Quotas de Fundos de Investimentos	14.883	10.418
Operações de Seguros	7	17
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.711	2.394
Outras Receitas	37	30
Total	17.638	12.869

(b) Despesas financeiras

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(10.856)	(5.883)
Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(3.334)	(4.437)
Outras Despesas	(143)	(23)
Total	(14.333)	(10.343)

26. Resultado patrimonial

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Receitas com imóveis destinados à renda - alugueis	966	924
Despesas com depreciação / outras	(235)	(228)
Total	731	696

27. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no 1º semestre de 2014 o montante de R\$ 432 (R\$ 432 em 30/06/2013).

Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de aluguel com a Procuradoria Geral do Estado e a receita reconhecida no 1º semestre de 2014 totalizou R\$ 966 (R\$ 924 em 30/06/2013).

28. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	(17.428)	(17.428)	(15.621)	(15.621)
(+/-) Ajustes temporários	217	217	725	725
(+/-) Ajustes permanentes	406	410	298	302
Base de cálculo dos tributos	(16.805)	(16.801)	(14.598)	(14.594)
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	-	-	-	-
Contribuição Social à alíquota de 15%	-	-	-	-
Valor do IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Reversão / constituição de tributos diferidos	(63)	(38)	(63)	(38)
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados	(63)	(38)	(63)	(38)

29. Normas emitidas e ainda não adotadas

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 considerando que se trata de uma seguradora.

A adoção antecipada dessa norma está condicionada a aprovação pela SUSEP.

30. Eventos subsequentes

(a) Lei nº 12.973/2014, conversão Medida Provisória nº 627/2013.

A Administração efetuou a avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Embora a referida Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação, ou seja, pela desistência do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada, em conformidade com a regulamentação exigida pela Instrução Normativa RFB nº 1.478 de 07 de julho de 2014. A Administração entende que não há efeitos passado e futuro oriundos dessa Lei, portanto não há ajustes na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social oriundos do Regime Tributário de Transição (RTT) desde 2012.

Subscritores das Demonstrações financeiras intermediárias

Conselho de Administração

Andrea Sandro Calabi – Presidente

Hamilton Chohfi – Membro

Mauro Ricardo Machado Costa – Membro

Milton Luiz de Melo Santos – Membro

Diretoria Executiva

Hamilton Chohfi – Diretor Presidente

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Diretor

Responsáveis Técnicos

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Atuário MIBA nº. 1.044

Marcos da Paz da Silva – CRC 1SP218980/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2014, à vista do relatório dos Auditores UHY Moreira - Auditores, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o 1º semestre de 2014, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.
São Paulo, 28 de janeiro de 2013.

Maria Constança Figueiredo

Alexandre Artur Perroni

Nelson Okamura